



MEC: DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA A PESO DE OURO



O mais novo escândalo envolvendo o Ministério da Educação do governo Bolsonaro confirma que a corrupção, como instrumento de poder deste governo, age em nome da destruição dos serviços públicos, abrindo portas generosas para negócios privados. O esquema de propina, por meio da intermediação entre pastores lobistas e prefeituras, para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no Ministério da Educação foi classificado pela Polícia Federal, em documento enviado ao Ministério Público Federal (MPF), como organização criminosa, envolvendo crimes de corrupção privilegiada, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência.

No centro desta organização criminosa estariam o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e os pastores lobistas Gilmar Santos e Arilton Moura, que negociavam, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, a destinação de recursos para as prefeituras aliadas e indicadas por pastores evangélicos. Até barras de ouro e transferência de dinheiro para contas bancárias pessoais de Ribeiro foram solicitadas nas negociações. Enquanto MEC vira balcão de negócios para aliados, recursos da Educação são retirados

Além dos diversos cortes orçamentários nos recursos da Educação, foi sancionada, no último dia 23, a Lei Complementar nº 194 que desonera parte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação) incidente em

combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. A Lei representará um forte abalo nas previsões orçamentárias de estados, DF e municípios, que perderão quase R\$ 100 bilhões de suas receitas, em 2022, de forma abrupta e sem quaisquer mecanismos de compensação temporária ou permanente. Em áreas sociais, como educação e saúde ficam comprometidos tanto os investimentos como os custeios, inclusive com folha de pagamento.

Outro duro golpe contra a Educação está preparado no projeto de lei (PL) 1.583/22, que Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional e que prevê a venda antecipada de poços pertencentes à União ainda não explorados na camada Pré-sal. Além de entregar a participação da União na exploração do Pré-sal a preço muito abaixo do mercado internacional - beneficiando exclusivamente as petroleiras internacionais -, o governo pretende acabar com o Fundo Social do Pré-sal (criado pela Lei 12.351/2010) e com suas destinações de recursos para as áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura, esporte e meio ambiente.

A política neoliberal de Bolsonaro é de terra arrasada para o País. Entregar de bandeja o patrimônio público e os recursos naturais para grandes acionistas estrangeiros e destruir os serviços essenciais ao povo para favorecer o empresariado ávido para abocanhar recursos públicos é a meta desse governo. Se esse projeto se manter no poder, os próximos anos serão de grande repressão aos direitos democráticos para evitar a revolta popular. É preciso organizar a classe trabalhadora em defesa de seus direitos democráticos e sociais.

SINDICATO: O ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES



Nos EUA, dos 110 funcionários da loja de Towson, Maryland, da Apple Store, 65 votaram pela formação de um sindicato, apesar da tentativa da empresa em desencorajá-los. A contagem foi transmitida ao vivo no dia 18 de junho, pela agência federal responsável pela supervisão da votação.

Os trabalhadores tinham tentado outras vezes, mas esta foi a primeira vez que aconteceu a votação. A diretora de Recursos Humanos da Apple chegou a visitar a loja em maio para conversar com os funcionários e tentar convencê-los de que

a presença de um intermediário complicaria o relacionamento entre eles e a Apple.

Ainda assim, um grupo de funcionários chamado AppleCORE (Coalition of Apple Retail Employees) persistiu na campanha pela sindicalização entendendo que os empregados devem ter decisão ativa nos salários, horas e medidas de segurança.

Também nos EUA, funcionários de um armazém da Amazon, de Nova York, em abril, obtiveram a maioria em votação pela criação de um sindicato, inédito para o grupo naquele país. O mesmo ocorreu em um café Starbucks. A Amazon pediu o cancelamento do resultado e a organização de uma segunda votação.

Junto ao aprofundamento da crise econômica, há o despertar da consciência para a necessidade de organização coletiva. O Sindicato é uma organização muito importante, criada pelos trabalhadores para defenderem seus interesses contra a opressão dos patrões.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR DIREÇÃO DOS CORREIOS PREPARA GOLPE CONTRA A CATEGORIA



No último dia 23, os representantes dos trabalhadores se reuniram com a direção da ECT para tratar do pagamento da PLR. Numa tentativa evidente de Golpe, a direção da Empresa anunciou que a reunião trataria somente do lucro apurado em 2022, a ser pago em 2023. Ou seja, não debateria a divisão dos valores bilionários lucrados pela ECT em 2021, amplamente divulgados nas mídias.

A direção da Empresa, indicada pelo governo Bolsonaro, não tem limites em suas manobras e políticas para inviabilizar qualquer ganho para a classe

trabalhadora brasileira. Além disso, trata de forma desrespeitosa a representação dos trabalhadores nas negociações e, conseqüentemente, toda a categoria.

A categoria deve permanecer unida e lotar as assembleias, plenárias, atos públicos e atividades convocadas pelos Sindicatos de todo o País, para que possamos rechaçar o golpe da PLR, a política de privatização e ainda pressionar a direção da ECT a devolver nossos direitos com uma forte e unificada campanha salarial.

NÃO AO GOLPE DA PLR! NÃO À VENDA DOS CORREIOS!

SINDIBEL DENUNCIA PROBLEMAS NAS PERÍCIAS MÉDICAS



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, denuncia a situação de servidores adoecidos em relação às perícias médicas no município, que continuam sendo agendadas e realizadas de forma remota. De acordo com o sindicato, várias reuniões foram feitas com responsáveis pelo assunto na Secretaria Municipal de Saúde para reivindicar que exista o atendimento presencial aos trabalhadores que não têm habilidades e ou recursos tecnológicos para lidarem com o atendimento virtual.

Com o alto número de casos de Covid, os servidores afastados não estão conseguindo agendar suas perícias por e-mail e em junho já não havia mais vagas para consultas. Outro problema é a recusa do setor de perícias em aceitar atestados psiquiátricos com mais de 60 dias, o que compromete o tratamento solicitado pelo médico a fim de garantir a recuperação da pessoa adoecida. O trabalhador, que já está com o salário reduzido devido à licença, fica obrigado a pagar novas consultas para requisitar mais dias de afastamento, ou a trabalhar doente.

A ausência do atendimento presencial não possibilita aos médicos verificarem a real situação dos trabalhadores e o que deveria ser uma consulta médica se transforma em um mecanismo burocrático em que a saúde das pessoas é avaliada sem se respeitarem os problemas reais de cada caso. Todo esse descaso com a saúde do trabalhador faz parte da precarização do trabalho cujo objetivo é facilitar a privatização dos serviços públicos essenciais à população.